



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570680 - PR (2020/0079926-4)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : CHRISTIAN BUENO MOREIRA  
**ADVOGADO** : CHRISTIAN BUENO MOREIRA - PR065572  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : WALTER JOSE HORNING  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **WALTER JOSÉ HORNING**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, assim ementado (fls. 278-295):

*“APELAÇÃO CRIME – ARTIGO 38-A DA LEI Nº 9.605/98 – CRIMEAMBIENTAL – SENTENÇA CONDENATÓRIA – PLEITOABSOLUTÓRIO – ACOLHIMENTO - AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIALSEM QUALQUER JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO - SENTENÇA REFORMADA –RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.”*

Aqui, trechos do v. acórdão (fls. 278-295):

*“Assim, tem-se que para a configuração dos delitos é necessário que haja destruição e danificação de vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração (art. 38-A) e que as espécies afetadas sejam raras ou ameaçadas de extinção (art. 53).*

*No presente caso, verifica-se a narrativa de ocorrência de dano ao meio ambiente sendo que a materialidade delitiva restou devidamente comprovada nos autos através Procedimento Administrativo do IAP, mov. 1.1; Auto de Infração de mov. 1.1; Relatório de autuação, mov. 1.1; bem como pela prova testemunhal produzida nos autos.*

*Esclarece-se, que por se tratar do corte de árvores de espécie conhecida (araucária angustifolia e imbuia), a perícia neste caso, revela-se desnecessária, na medida em que não seria possível confundir-se acerca da espécie que foi efetivamente cortada. E ainda por este mesmo motivo, perfeitamente aplicável ao caso a causa de aumento prevista no artigo 53, II, “c” da Lei 9.605/98, que diz respeito ao corte de espécies raras ou ameaçadas de extinção, como é o caso da araucária angustifolia e imbuia. E, ao contrário do que pretende fazer crer o apelante a autoria dos fatos restou devidamente comprovada no caso, isto porque está devidamente provado nos autos que o*

*acusado foi o responsável pelos danos ambientais narrados na denúncia.*

*[...]*

*Desta maneira não há que se falar em insuficiência probatória, eis que a prova dos autos é adequada a comprovar que o apelante praticou o crime de destruição de vegetação primária ou secundária em estágio avançado ou médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica, incluindo espécies nativas ameaçadas de extinção (art. 38-A, c/c art. 53, II, 'c'), mormente que nos termos do artigo 156, primeira parte, do Código de Processo Penal, a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, não tendo a defesa logrado êxito em comprovar a veracidade de suas afirmações, ao passo que a acusação logrou comprovar a autoria e materialidade deste delito pelo qual o acusado foi denunciado.*

*Nestas condições, nega-se provimento ao recurso, tudo nos termos da fundamentação.*

*ANTE O EXPOSTO, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso. Vencido o Desembargador José Carlos Dalacqua que declara voto em separado.” (grifei)*

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa relata que a prova pericial seria imprescindível em se tratando de crime que deixa vestígios.

Requer, inclusive LIMINARMENTE, a suspensão/cassação do v. acórdão. Ao fim, “conceder definitivamente a ordem, para que seja cassado o acórdão impugnado, ante a nulidade apontada, absolvendo-se o paciente, como medida de direito e justiça” (fl. 9).

É o relatório.

**Decido.**

Na hipótese, o que verifica é que **o pedido liminar encontra respaldo** no entendimento firmado recentemente por esta **Quinta Turma**:

*“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS INATACADOS. SÚMULA N. 182/STJ. CRIME AMBIENTAL. ARTS. 38 E 38-A DA LEI N. 9.605/1998. DESMATAMENTO. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. CRIME QUE DEIXA VESTÍGIOS. NULIDADE. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS, DE OFÍCIO.*

*[...]*

*2. Nos casos em que a infração deixa vestígio, por imperativo legal (art. 158 do Código de Processo Penal), é necessária a realização do exame de corpo de delito direto. Somente será possível a substituição de exame pericial por outros meios probatórios, na forma indireta, para fins de comprovação da materialidade dos crimes*

*ambientais de natureza material - no caso, o art. 38 da Lei n. 9.605/1998 - quando a infração não deixar vestígios ou quando o lugar dos fatos tenha se tornado impróprio à análise pelos experts.*

*3. Para a tipificação dos delitos previstos nos arts. 38 e 38-A da Lei ambiental é necessário que a conduta tenha sido praticada contra vegetação de floresta de preservação permanente (art. 38) e vegetação primária ou secundária, situada no Bioma Mata Atlântica (art. 38-A).*

*4. O tema é complexo, não facilmente identificável por leigos, sendo imprescindível a realização de perícia na medida em que não é qualquer supressão/destruição que caracteriza o ilícito do art. 38 da Lei Ambiental.*

*5. No presente caso, foi comprovada a existência de vestígios (imagens do local, laudo de verificação de denúncia, auto de infração do IAP), sendo possível a realização do exame direto, não sendo, todavia, apresentadas justificativas idôneas para a não realização do exame pericial.*

*6. Agravo regimental não conhecido. Concessão de habeas corpus de ofício para absolver o acusado, diante da ausência de prova de materialidade delitiva.” (AgRg no AREsp 1571857/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 22/10/2019, grifei)*

No mesmo sentido, já decidiu a **Sexta Turma** desta eg. Corte:

*“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE. CONDENAÇÃO DO AGENTE ÀS SANÇÕES DO ART. 38, C.C. O ART. 53, INCISO II, ALÍNEA C, AMBOS DA LEI N.º 9.605/1998. REALIZAÇÃO DA PROVA TÉCNICA DIRETA. DELITO MATERIAL E QUE DEIXA VESTÍGIOS. IMPRESCINDIBILIDADE. REALIZAÇÃO POR OUTROS MEIOS. NÃO JUSTIFICADA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 167 E 566, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça está fixada no sentido de que é necessária a ‘realização de exame pericial em delitos não transeuntes, sendo possível a sua substituição por outros meios probatórios somente quando a infração não deixar vestígio ou se o corpo de delito houver desaparecido, a teor do disposto nos arts. 158 e 167 do Código de Processo Penal’ (AgRg no AgRg no REsp 1.419.093/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe de 26/03/2015; sem grifos no original).*

*2. O exame de corpo de delito ‘direto’ somente pode ser suprido por ‘outros meios’ probatórios, na forma indireta, para fins de comprovação da materialidade dos crimes ambientais de natureza material e não transeunte - no caso, o art. 38 da Lei n.º 9.605/98 -, na hipótese em que houver o desaparecimento dos vestígios ou quando o lugar dos fatos tenha se tornado impróprio à análise pelos experts, circunstâncias excepcionais que não se enquadram ao caso em análise.*

*3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no REsp 1782765/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 02/08/2019, grifei)*

Por este motivo, **defiro o pedido liminar**, para sustar os efeitos da condenação na origem até julgamento definitivo nesta impetração.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à d. autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo de 1º Grau.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Felix Fischer

Relator